

# Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Para entidades do Fisco, projeto na Câmara limita fiscalização tributária ..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relatório afrouxa controle sobre criptoativos ..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Documento de identificação único entra em fase de testes ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sócios podem pedir troca de bens monitorados pelo Fisco ..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo federal bloqueia R\$ 2,5 bilhões de fundo para a ciência ..... 10

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Investidores com menos de 18 anos triplicam (Artigo) ..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governistas tentam mudar de assunto e colocam em ação ataque a governadores - COLUNA  
DO ESTADÃO ..... 13

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

YouTube remove canal de fundação do Itamaraty ..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Questões sobre a tributação de competições online (Artigo) ..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC dos BCs critica países que reduzem tributo para subsidiar combustíveis ..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil, um gigante anêmico (Editorial) ..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

R\$ 54 bi do BNDES e de estatais podem cobrir rombo aberto por pacote ..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aumento do Auxílio Brasil não vira o jogo a favor de Bolsonaro ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Com inflação de 2 dígitos, não dá para parar o juro" ..... 24

Terça-Feira, 28 de Junho de 2022

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

**PEC do ICMS vai a plenário** ..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

**1 em cada 4 brasileiros diz que falta comida em casa** ..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS  
ECONOMIA

**Em disparada, taxa de inflação no Reino Unido é a maior do G7** ..... 31

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
ECONOMIA

**LDO dá ao Congresso poder para aumentar teto de gastos e estourar o déficit primário**  
..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Com decreto, Bolsonaro tenta se proteger dos riscos da lei eleitoral** ..... 33

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Rússia dá calote da dívida externa pela 1º vez desde 1918** ..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

**As lições do Brasil desenvolvimentista - PEDRO CAFARDO** ..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

**Relator da LDO abre espaço para mais gastos** ..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

**Segundo semestre começa com desafios na economia (Editorial)** ..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

**O alto custo dos alimentos baratos (Artigo)** ..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

**Alta da Selic faz custo da dívida local subir 62%** ..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

**Alta das commodities traz novo fôlego ao Ibovespa** ..... 40

# Para entidades do Fisco, projeto na Câmara limita fiscalização tributária

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

Dirigentes de nove entidades representativas dos Fiscos da União, de Estados e de municípios se uniram contra um projeto de lei que aborda direitos, garantias e deveres do contribuinte.

Com apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), a proposta tramita em regime de urgência e foi batizada pelas entidades dos auditores fiscais de "código de defesa do sonegador".

Em manifesto, as entidades afirmam que o projeto - de autoria do deputado Felipe Rigoni (União Brasil-ES) - colocaria obstáculos à tributação de grandes contribuintes e à repressão das empresas de fachada, conhecidas como "laranjas".

Ainda segundo eles, o projeto enfraquece mecanismos de fiscalização usados pelos auditores, como controle aduaneiro, repressão à sonegação e à lavagem de dinheiro.

Sob polêmica, a Câmara vai realizar hoje uma audiência pública para discutir a proposta. O secretário da **Receita Federal**, Julio César Vieira Gomes, não está na lista dos participantes. No seu lugar, foi confirmada a presença de um auxiliar de Gomes, o subsecretário de Tributação e Contencioso da Receita, Fernando Mombelli. Ao Estadão, a Receita disse que não comenta projetos ou atos não publicados.

"O Ministério da Economia não está colocando peso político contrário ao projeto", reclama o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal do Brasil** (Sindifisco Nacional), Isac Falcão, um dos signatários do manifesto.

Falcão avalia que o governo tem tido um posicionamento fraco em relação ao projeto. Para ele, a proposta tem premissas equivocadas que produzem um antagonismo entre a administração tributária e o contribuinte. "Apesar de haver notas da Receita contra o projeto, o que a gente vê no Congresso é o governo não trabalhar politicamente contra." 'RELAÇÃO DESIGUAL'. Autor do projeto, Rigoni contesta as críticas e diz que a proposta é uma demanda da sociedade repassada ao seu gabinete. Segundo ele, o texto foi inspirado no modelo dos Estados Unidos.

Com a audiência, diz ele, a ideia é coletar o máximo de informações.

Segundo Rigoni, o relator fará ajustes, inclusive para tratar de sonegadores e devedores contumazes.

Na avaliação dele, o projeto garante que o bom pagador não tenha "surpresas" e seja alvo de ações arbitrárias dos Fiscos.

"A relação com o Fisco e o contribuinte é desigual e baseada na desconfiança principalmente para os pequenos empresários. É importante colocar limites", argumenta.

Entre os dispositivos mais criticados, está o que proíbe que auditores sejam acompanhados pela força policial em diligências, salvo em caso de autorização judicial. Outro artigo impede o bloqueio, suspensão ou cancelamento da inscrição de contribuinte (CNPJ) até que haja decisão definitiva do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** - o que, em média, pode levar dez anos. Empresas de fachada são criadas para fugir da tributação e também forjar créditos tributários, prática comum no Brasil.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Unafisco) destaca proposta para retirar a possibilidade de acesso à movimentação financeira dos contribuintes, anulando a prerrogativa prevista em lei complementar de 2001, que permite a autoridade tributária utilizar a chamada Requisição de Informações sobre Movimentação Financeira (RMF) sempre que o contribuinte se recusar a fornecê-las.

Na avaliação da presidente do Fórum Nacional de Secretários de Fazenda da Federação Nacional dos Municípios, Giovanna Victer, os Fiscos municipais têm aperfeiçoado a estratégia de arrecadação, fortalecendo as ações de educação fiscal e autorregularização.

"Tudo no sentido de valorizar e aproximar o Fisco dos contribuintes. Entretanto, as medidas de fiscalização, cobrança e sanção administrativa devem permanecer para garantir a eficácia das ações preventivas", ressalta. Para ela, o projeto pode ser mais elaborado sem comprometer esses instrumentos.

"O Ministério da Economia não está colocando peso

político contrário ao projeto.

Apesar de haver notas da Receita contra o projeto, o que a gente vê no Congresso é o governo não trabalhar politicamente contra." Isac Falcão Presidente do Sindifisco

**Site:** <https://api.trbn.com.br/arquivo/edicao/1656385200>

# Relatório afrouxa controle sobre criptoativos



PREÇO DE CARRO ELÉTRICO SOBE 22% EM UM ANO NOS EUA  
Veículos da Tesla em showroom em Corte Madera, Califórnia, alta de custos com logística e componentes afeta indústria automobilística. [Foto: Reuters/Scott Major/UP](#)

**Julio Wiziack**

O projeto de lei que pretende impor regras ao mercado de criptoativos corre o risco de ser esvaziado caso a versão apresentada pelo relator, deputado Expedito Netto (PSD-RO), seja aprovada pela Câmara nos próximos dias.

O parlamentar retirou dois pilares do projeto defendidos pelo Banco Central e que tinham sido aprovados pelo Senado na tentativa de barrar o uso das criptos para lavagem de dinheiro e fraudes, principalmente por meio de moedas como o bitcoin e o ethereum.

A Folha teve acesso à minuta do projeto de lei corrigido pela Subchefia de Análise Governamental, da Casa Civil, e ao relatório do deputado apresentado na terça-feira (21) às lideranças.

Ambas as versões são similares. O parlamentar, no entanto, não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Como ainda não foi apresentada na Câmara para que seja distribuída antes da votação, a minuta do projeto de lei ainda pode sofrer alterações.

A primeira modificação se refere à flexibilização da exigência de separação entre os ativos da corretora e as aplicações dos clientes. Esse tipo de regra é comum no mercado financeiro, e tem como objetivo garantir que, em casos de falência da empresa, seja possível transferir os recursos aplicados pelos clientes a outra corretora similar ou devolvê-lo para o investidor.

Para algumas empresas de criptomoedas, no entanto, a regra aprovada pelo Senado tratava os ativos digitais como recurso financeiro, o que elas avaliavam como incorreto porque, nessa plataforma de negociação, o ativo não fica na corretora. Ela só serve de plataforma de compra e venda. Os títulos (códigos protegidos)

ficam com os negociadores.

Já outras empresas, como a brasileira Mercado Bitcoin, se posicionaram a favor desta cláusula. A gigante Binance, maior corretora do mundo e que concentra mais da metade do mercado brasileiro, pediu mudanças na regra, considerada ampla demais.

Para ela, não seria possível considerar os ativos digitais como recursos a serem segregados, já que não ficam no caixa da empresa. Seria diferente da operação de uma corretora tradicional, que efetivamente lida com o dinheiro dos clientes. Mesmo assim, não se opôs, segundo relatos de parlamentares.

Ao final, o relator do projeto de lei optou por descartar a obrigação de segregar os ativos digitais. Apesar disso, segundo empresas consultadas sob anonimato, o texto final ainda pode trazer surpresas.

Além disso, o deputado decidiu desobrigar as empresas a informarem todo tipo de transação acima de R\$ 10 mil ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), exigência feita no Senado para que esse setor opere com as mesmas regras do mercado financeiro tradicional.

Nesse caso, as empresas continuariam com a obrigação definida pela **Receita Federal** de informar apenas operações superiores a R\$ 35 mil.

Ambas as medidas eram as mais aguardadas pelo BC, segundo pessoas que participam das discussões.

Além disso, o deputado acatou pedido de gigantes do setor para que, uma vez aprovada, a nova lei só entre em vigor após seis meses. A versão aprovada pelo Senado previa aplicação imediata.

Empresas de menor porte afirmam que esse prazo dará mais tempo ainda para que companhias, algumas envolvidas em investigações policiais, continuem operando sem regras.

No Banco Central houve revés de expectativas. A ideia era ter uma legislação rigorosa para criminalizar a prática de golpes e fraudes envolvendo criptoativos.

O BC começou a ouvir as empresas, como as gigantes estrangeiras Binance, Coinbase, Bitso, e a brasileira Mercado Bitcoin, há alguns meses já contando que as diretrizes da lei -previamente negociadas com as duas

Casas- fossem mantidas.

Juntos, os recursos movimentados no país por essas corretoras de criptos já representam mais de "meia Bolsa", cerca de R\$ 300 bilhões, segundo dados do BC de dezembro do ano passado.

Nesse período, as operações de renda variável feitas na B3 (ações, fundos, BDRs e ETFs) totalizaram cerca de R\$ 600 bilhões, segundo dados da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) reunidos pelo BC.

A quantia movimentada pelas aplicações digitais já representa 27% dos recursos hoje depositados na caderneta de poupança.

O crescimento exponencial desse mercado nos últimos três anos, sem qualquer tipo de regulação e controle, disparou o temor do BC e da Receita para evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

Em julho de 2021, por exemplo, a Polícia Federal deflagrou a Operação Daemon, que mirou Cláudio José de Oliveira. Ele teria desviado R\$ 1,5 bilhão de 7.000 clientes, segundo dados do Coaf e da PF.

Um mês depois, a operação Kryptos avançou sobre o esquema de fraude com pirâmide financeira capitaneado pelo empresário Glaydson Acácio dos Santos, conhecido como "faraó do bitcoin" e que acumulou mais de 67 mil clientes em quase cinco anos de operação.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>**

**56**

# Documento de identificação único entra em fase de testes



Novo DNI vai agregar CPF, RG e título de eleitor, entre outros documentos Divulgação Serpro

**Tháisa Oliveira**

Prometido desde o século passado e lançado oficialmente em 2018, o documento único de identificação entrou em fase de testes com servidores da Justiça Eleitoral.

A expectativa do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) é disponibilizar o aplicativo até o final deste ano, mas apenas em Minas Gerais e para um número limitado de pessoas.

A promessa do chamado DNI (Documento Nacional de Identidade) é agregar diferentes dados do cidadão em um documento exclusivamente digital. Para isso, será preciso instalar o sistema no celular.

O número de identificação será o CPF. A plataforma permitirá reunir outros registros, como título de eleitor, certidão de nascimento e de casamento, certificado de reservista e identificações de órgãos de classe.

"Hoje, a perspectiva que nós temos é emitir um milhão de documentos até o final de 2022. Em 2023, cinco milhões. Em 2024, o céu é o limite. Já estaremos com todo o sistema preparado e vamos ter a experiência de como tocar esse documento eletrônico", afirma o juiz auxiliar da presidência do TSE Sandro Nunes Vieira.

O DNI também vai incluir as informações biométricas e biográficas: impressões digitais e da face, assinatura, nome completo, gênero, estado civil, cor, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade e ocupação. Como a biometria é única para cada indivíduo, o poder

público afirma que uma pessoa não poderá se passar por outra.

Em 2018, após a aprovação da lei no ano anterior, TSE e governo federal chegaram a anunciar um projeto piloto do DNI. Os testes, porém, não foram adiante por falta de recursos, travados em razão do teto de gastos.

Vieira também atribui o fracasso da iniciativa à falta de experiência da Justiça Eleitoral.

"Em 2018, o TSE não tinha expertise para entender que, para você lançar um documento para 150 milhões de brasileiros, você tem que ter uma retaguarda. Atendimento presencial, via 0800, via WhatsApp, chatbot... Atendimento técnico para a pessoa que não conseguiu validar o documento dela online. [É preciso] toda uma infraestrutura que o TSE não tinha condições de colocar à disposição do Brasil inteiro", afirma o juiz.

O aplicativo que está sendo testado agora foi desenvolvido pelo Serpro após acordo assinado em dezembro do ano passado com o TSE. O contrato é de cinco anos. Nesse período, a empresa pública de tecnologia também ficará responsável pelo atendimento aos usuários.

Embora a coleta da biometria tenha sido interrompida por causa da pandemia, o pagamento do Auxílio Emergencial escancarou a falta de dados sobre os brasileiros e ajudou a destravar o projeto, segundo Vieira. Cerca de 120 milhões de brasileiros já tiveram a biometria coletada.

No ano passado, o TSE assinou um convênio com o governo para a ampliação da plataforma gov.br. Hoje, a base de dados do tribunal é a principal fonte do aplicativo para checar a identidade dos brasileiros. A corte não pode comercializar os dados, mas pode receber para conferir informações para empresas.

"Serviços de identificação já estão sendo prestados pelo TSE em larga escala. A forma que o governo achou de fazer a liberação dos recursos esquecidos em contas bancárias foi via gov.br. Por conta disso, nós validamos 28 milhões de brasileiros que se cadastraram", afirma o juiz auxiliar.

O ministro Luís Roberto Barroso, que ficou à frente do TSE nos últimos dois anos, afirma que, apesar das dificuldades, o projeto avançou durante sua gestão.

Além do início da emissão do DNI e da autenticação de serviços do governo federal, ele destacou que a capacidade de armazenamento de biometrias coletadas passou de 120 milhões para 170 milhões.

"Esse sistema permite assegurar que a pessoa que comparece a determinado órgão público ou instituição privada é efetivamente quem ela diz ser. Em breve colheremos os frutos, facilitando a vida dos cidadãos e evitando fraudes", afirmou à Folha.

A ideia de unificar todos os documentos do cidadão se arrasta há anos e já foi batizada de RIC (Registro de Identificação Civil) e RCN (Registro Civil Nacional).

Eduardo Tomasevicius Filho, professor de Direito Civil da USP (Universidade de São Paulo), explica que a primeira legislação sobre o tema é de 1997.

"Começaram a tentar estabelecer um padrão para o RG em 1983, mas ele é estadual. Já a **Receita Federal** tinha um número que valia para o Brasil inteiro. Por isso o comércio passou a usar o CPF como base", diz.

Nesta segunda-feira (27), o presidente Jair Bolsonaro (PL) apresentou o novo modelo da carteira de identidade nacional -ou CIN-, que vai substituir o RG. O documento terá também uma versão digital e usará o CPF como número único de identificação. Hoje, uma pessoa que perde o RG e tira a segunda via em outro estado recebe um número diferente do anterior.

O governo Bolsonaro afirma que a carteira de identidade nacional será emitida a partir de 4 de setembro para os brasileiros que já têm CPF e moram nas unidades federativas que participam do projeto-piloto: Acre, Pernambuco, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A substituição será feita gradualmente e o RG continuará valendo até 2032.

O presidente também exibiu o novo modelo de passaporte, com imagens que simbolizam a cultura brasileira e os diferentes biomas. O governo afirma que o documento, emitido pela PF (Polícia Federal), terá mais elementos de segurança, como marcas d'água e fundos fluorescentes.

Relator do projeto de 2017 que instituiu o documento nacional de identificação, o ex-deputado federal Julio Lopes (PP-RJ) atribui a demora à disputa pela base de dados dos brasileiros.

É por isso que, segundo ele, a CNH (Carteira Nacional de Habilitação) não está abarcada pelo DNI. Também não há previsão de que o passaporte seja incluído.

"Informação é poder. Cada instituição que tinha o domínio de um cadastro quis preservar o seu, a sua informação. Como o TSE já tinha digitalizado o CPF dos brasileiros, nós aproveitamos o recurso que já tinha sido despendido", afirma o ex-deputado.

O projeto de lei foi enviado ao Congresso pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) em 2015 por sugestão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, à época presidente do TSE. Toffoli se tornou um dos maiores defensores públicos da ideia.

"Chegamos a identificar um cidadão com 27 CPFs diferentes, 42 RGs diferentes. Eram inúmeros casos de duplicidade. É evidente que a pessoa nessa situação quer utilizar a documentação para fraudes", afirmou à Folha.

"Os benefícios são evidentes, não só para o Estado, na medida em que você evita essa duplicidade, mas também para a iniciativa privada. Um banco, por exemplo, pode evitar um empréstimo [irregular]. É um dos melhores projetos para fins de evitar fraudes, tramoias, identificações duplas, triplas."

Ao anunciar a parceria com o Serpro e o Ministério da Economia em fevereiro deste ano, Barroso ressaltou que o DNI também pode impedir que uma pessoa seja presa injustamente por homonímia.

Apesar disso, Tomasevicius destaca que a lista de potenciais prejuízos para o cidadão também é extensa, como o maior controle do Estado sobre o indivíduo e os crimes digitais.

"Se o Estado consegue te localizar muito facilmente, você sofre um controle exacerbado. Qual é o limite? Com um único registro fica, de fato, mais fácil a "caça ao cidadão". Você aumenta o controle que potencialmente pode resultar em abusos", diz.

"Na incidência de uma exposição de dados, você fica muito mais vulnerável. Com um único documento você consegue acessar muitas esferas de atuação de uma pessoa. Com o CPF, por exemplo, é possível abrir conta em banco digital."

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49956>



# Sócios podem pedir troca de bens monitorados pelo Fisco

**Beatriz Olivon De Brasília**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187256](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187256)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187256](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187256)

# Governo federal bloqueia R\$ 2,5 bilhões de fundo para a ciência

**Lucas Marchesini**

O governo federal bloqueou R\$ 2,5 bilhões do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), o que representa 56% do total dos recursos disponíveis no fundo.

O corte determinado pelo governo federal é necessário para acomodar no teto de gastos possíveis despesas extras que estão sendo estudadas pela gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL).

O FNDCT tem R\$ 4,5 bilhões disponíveis para 2022, mas o governo federal já avisou que não repassará R\$ 2,5 bilhões.

Na prática, isso significa que o FNDCT até pode empenhar o recurso, mas não terá dinheiro para fazer o pagamento neste ano.

O empenho é a primeira etapa de qualquer gasto orçamentário e funciona como uma reserva da verba para um gasto específico.

O corte foi revelado pelo jornal O Globo e confirmado pela Folha em consulta aos dados orçamentários disponibilizados pelo Senado Federal no Siga, portal que reúne informações da administração financeira da União. O MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) não se pronunciou sobre o assunto até o momento.

A SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) criticou a decisão do governo federal. "O corte em si é ultrajante e coloca em risco todo o sistema de pesquisa científica e tecnológica do País", apontou em nota aberta. Para a organização, "a ciência se tornou alvo preferencial do governo federal, impondo ao setor uma restrição orçamentária sem paralelo no Poder Executivo".

O FNDCT é composto por 17 fundos setoriais. Deles, seis tiveram o orçamento completamente zerado com a decisão. Os fundos que ficaram sem recursos financiam iniciativas voltadas para a Amazônia e projetos aquaviárias, de biotecnologia, informática e automação, para pequenas e médias empresas do setor mineral e de transportes.

Uma lei aprovada no ano passado proibia o corte de

gastos no FNDCT. Assim, para conseguir fazer o corte, o governo federal encontrou um outro método, que é o de declarar indisponível parte dos recursos. Com isso, fica mais difícil questionar juridicamente o corte porque do ponto de vista orçamentário os recursos estão disponíveis, mas não do ponto de vista financeiro.

O bloqueio dos recursos fez com que o orçamento do FNDCT para 2022 seja 45% menor do que em 2021, quando a lei que proibia os cortes no fundo ainda não estava em vigor.

A SBPC aponta que o corte foi pesado em cima do FNDCT porque outras pastas conseguiram reduzir o quanto perderiam no orçamento. "De acordo com os dados divulgados pela equipe econômica, todas as pastas afetadas pelo bloqueio tiveram seus cortes orçamentários reduzidos, transferindo a carga para o MCTI", diz a nota.

O resultado final, prossegue o texto, é que "36,72% dos recursos discricionários do MCTI não poderão ser utilizados". Recursos discricionários são aqueles de livre aplicação pelo ministério, ao contrário dos obrigatórios, como salários de servidores.

Em termos absolutos, o FNDCT foi a terceira unidade orçamentária que mais teve recursos declarados indisponíveis para este ano. Na frente dele estão o Fundo Nacional de Saúde, com R\$ 5,7 bilhões, e o Fundo do Regime Geral de **Previdência Social**, com R\$ 2,7 bilhões. A diferença é que no caso do primeiro, o montante bloqueado representa 3,76% do total e no do segundo, 0,34% do total.

Não é de agora que a SBPC está se queixando dos cortes de recursos destinados a pesquisa e inovação. Em carta enviada ao ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Paulo Alvim, em 7 de junho deste ano, a entidade reclama da diminuição nos investimentos no setor.

"O progresso da ciência poderá desenvolver o País e seu povo, erradicando a miséria e a pobreza, pondo fim à fome, que tem crescido estes últimos tempos, fazendo o Brasil retornar ao mapa do qual tinha saído há cerca de dez anos", diz o texto que também é assinado pela Academia Brasileira de Ciências e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições

Federais de Ensino Superior.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>**

**56**

# Investidores com menos de 18 anos triplicam (Artigo)

**Emília de Castro**

Em 2020 eram pouco mais de 10 mil. Hoje, são mais de 30 mil jovens com menos de 18 anos investindo na Bolsa de Valores e a expectativa é de que o número continue crescendo. Isso porque o jovem tem se interessado cada vez mais (e mais cedo) pelo universo dos investimentos. Do menor de idade ao recém-formado, a mudança no perfil do investidor em renda variável já é uma realidade.

Segundo levantamento feito pela B3, cerca de 46% dos investidores da Bolsa têm entre 15 e 35 anos. Esse jovem está entrando com menos dinheiro se comparado ao investidor com mais idade, mas chega com mais flexibilidade aos riscos da renda variável.

As justificativas para esse movimento são variadas: existe o pequeno investidor, menor de idade, que investe a "mesada" que ganha dos pais ou os ganhos em negócios informais; o investidor jovem que já trabalha e faz aportes pequenos, mas com regularidade. Há também o investidor recém-formado ou trainee - que já possui uma renda que permite investimentos mensais que vão render uma certa segurança a longo prazo e por último o investidor já em idade adulta, na casa dos 30 anos: ele já está no mercado de trabalho, com uma profissão estabelecida e consegue mesclar objetivos de curto e longo prazo na carteira.

Mesmo com algumas características traçadas, não existe uma ciência exata sobre o investidor brasileiro, mas é fato que o mercado já se movimenta buscando atender essa "nova" demanda. Os escritórios de investimentos e empresas de educação financeira contam com profissionais cada vez mais jovens, que falam a língua desse novo perfil de investidor. Nos canais do Youtube, encontramos desde crianças investidoras ao jovem da periferia que entrou para o mundo da Avenida Faria Lima.

O mercado das ações acompanha as mudanças geracionais e acaba sendo moldado por elas. O pensamento do jovem mudou e isso inclui a forma como lida com o dinheiro. O fator tempo, nesse caso, contribui positivamente para que os juros compostos trabalhem por mais tempo ainda para essa parcela da população.

Investir hoje, não é mais um "bicho de sete cabeças" que só pode ser feito por especialistas ou por quem tem muito dinheiro para pagar alguém que o faça por ele. O aumento no número de investidores jovens reflete também o aumento na busca pela educação financeira, pela prosperidade, pelo empreendedorismo e pela independência por novos caminhos.

Benefícios como **INSS** ao fim da vida não são mais tão almejados, tão pouco fazer carreiras eternas em empregos que não os fazem felizes. O ciclo tem mudado e junto a isso a concepção de que a economia não é só o "lado de lá". Eles têm percebido que é mais fácil atingir os objetivos financeiros - seja enriquecer ou ter uma vida mais confortável na velhice - quando se sabe que os aspectos econômicos e os investimentos podem andar lado a lado em suas carreiras.

Emília de Castro, Administradora e gestora financeira no mercado de capitais; sócia-fundadora da Aspen Investimentos

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/28/06/2022/p1>

# Governistas tentam mudar de assunto e colocam em ação ataque a governadores - COLUNA DO ESTADÃO



que é responsável pela coordenação da campanha. Além de tentar trocar a pauta, a tática também ajuda a revigorar a rivalidade contra governadores após a sanção do projeto de lei que reduziu o ICMS de combustíveis e energia.

DE NOVO. Pelo terceiro ano seguido, as contas do governo Jair Bolsonaro receberão ressalvas do TCU. Na avaliação, que será levada ao plenário da Corte nesta quarta-feira, haverá observações, como o questionamento sobre o uso de recursos do orçamento da **Seguridade Social** (leia-se Previdência) para bancar despesas da educação.

I DE NOVO 2. Em 2019 e em 2020, as contas de Bolsonaro foram aprovadas com 14 e 28 ressalvas, respectivamente. Desta vez, também não se espera rejeição, apesar das anotações negativas.

I VAI?. Uma liderança do PSB paulista diz, sob reserva, que a leitura de que Márcio França deve deixar a disputa ao governo de SP para apoiar Fernando Haddad se tornou predominante na sigla. "Sem coligação com PSD ou União, vai fazer o quê?".

O presidente do PSB, Carlos Siqueira, segue dizendo, porém, que a candidatura está de pé.

I GUARDADO. Após a divulgação da informação pela Coluna de que Marcelo Xavier, presidente da Funai, não visitou terras indígenas desde 2019, segundo levantamento no Portal da Transparência, a assessoria do órgão entrou em contato para informar que ele foi, sim, a esses territórios, com registros de dez viagens. A Funai não diz, porém, por que as viagens não estão registradas no portal oficial de informações, mantido pela CGU, como manda a lei.

I CONVERSA. Rodrigo Pacheco (PSD-MG) fez chegar a interlocutores a insatisfação com o parecer de Marcos do Val (Podemos- ES), apoiado por Arthur Lira (PP-AL), da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023. O texto torna impositivas as emendas de relator, o chamado orçamento secreto. Para Pacheco, como o instrumento tem a sua constitucionalidade questionada no STF, precisa passar por uma discussão maior antes de qualquer tipo de imposição.



ANDREZA MATAIS - MARCELO DE MORAES

O governo iniciou a semana com uma estratégia de comunicação para mudar de assunto, após a prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro e a revelação de áudios comprometendo Jair Bolsonaro. A Secretaria Especial de Comunicação da Presidência elaborou imagens-padrão, uma para cada Estado, na qual detalha recursos repassados a Estados desde 2019. As peças estão sendo usadas por pré-candidatos a governador, como o ex-ministro Onyx Lorenzoni (PL-RS), e por Flávio Bolsonaro (PL-RJ),

I FILA. Líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ) diz que se Pacheco autorizar a criação da CPI do MEC antes de outras pedidas por governistas vai tratá-los como baixo clero. "Só se ele achar que um senador vale mais do que outro. Já fez errado na CPI da Covid, ao abri-la antes da proposta por Plínio Valério (sobre as ONGs na Amazônia).

Vai fazer de novo?" I PRESSÃO. Pacheco já disse que a CPI do MEC, se cumprir todos os requisitos legais, ele "não vai ter como segurar".

PRONTO, FALEI!

Carlos Siqueira Presidente do PSB

"Não somos esses partidos que negociam cargos. Isso seria inadmissível", disse, sobre a possibilidade de o PT oferecer ministérios em troca de apoio a Haddad.

CLICK

Felipe Salto

Secretário da Fazenda de SP

Ao lado de André Martínez Fritscher, da divisão de gestão fiscal do BID, em seminário para discutir novas ferramentas de planejamento fiscal.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

---

**SINAIS  
PARTICULARES**

---

por Kleber Sales



---

**Jair Bolsonaro,**  
presidente da  
República (PL)

# YouTube remove canal de fundação do Itamaraty

**JANNIKLAS** *jan.niklas@infoglobo.com.br*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# Questões sobre a tributação de competições online (Artigo)

*Tiago Amaral, Maurício Barros e Raphael Rodrigues*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187256?page=6&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187256?page=6&section=2)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187256?page=6&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187256?page=6&section=2)

# BC dos BCs critica países que reduzem tributo para subsidiar combustíveis

**Fernando Canzian**

O Bank for International Settlements, considerado o banco central dos bancos centrais, reprovou nesta segunda (27) a estratégia de países como o Brasil de tentar baixar **impostos** e subsidiar produtos como combustíveis para conter a **inflação**.

Para o presidente do BIS, o mexicano Agustín Carstens, esse tipo de medida acaba beneficiando muita gente que não precisa de subsídios, caso da gasolina. "O mais adequado seria reforçar programas [sociais] mais focalizados, para os que realmente precisam de ajuda", disse.

Para tentar contornar o impacto da **inflação** na campanha eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro (PL) avalizou o uso de quase R\$ 35 bilhões em recursos públicos para subsidiar combustíveis. Mas seu governo mantém 700 mil famílias em situação de extrema pobreza (com renda mensal de até R\$ 105 por pessoa) na fila de espera do programa Auxílio Brasil.

Outras 65,2 mil famílias em situação de pobreza, com renda mensal de R\$ 105,01 a R\$ 210 por pessoa, também estão habilitadas ao programa, mas ainda não tiveram o benefício concedido.

O BIS alerta que o atual surto inflacionário global pode ser persistente e duradouro. Em seu relatório anual, o órgão afirma que transições para ambientes de alta **inflação** raramente acontecem, mas são muito difíceis de reverter.

Segundo o BIS, muitas economias já estão vivendo isso, e recomendou que os bancos centrais não tenham receio de infligir até recessões em suas economias (via aumento das taxas de juro) para evitar um mundo persistentemente inflacionado.

Questionado pela Folha em entrevista sobre como conciliar aperto monetário e desaquecimento econômico com uma situação de aumento da pobreza e de fome como no Brasil, Carstens recomendou o reforço dos programas sociais.

Para o BIS, mais prejudicial para os pobres seria deixar que a **inflação** elevada persista, corroendo cotidianamente a renda, do que infligir perdas no curto

prazo para controlar os preços -daí a necessidade de amortecer a situação com o reforço de programas sociais.

Carstens elogiou o fato de o Banco Central brasileiro ter iniciado antes do que muitos bancos centrais o aumento dos juros para conter a **inflação**; e admitiu que os principais organismos de controle financeiro internacionais erraram ao considerar que os choques provocados pela pandemia da Covid-19 seriam transitórios.

"O impulso das políticas monetárias [juros baixos] e fiscais [mais gastos] adotadas para evitar uma deflação [queda de preços; e possível recessão] passou a ser muito intenso e mostrou-se equivocado", disse Carstens.

Houve erro de avaliação também, segundo ele, em considerar que as interrupções nas cadeias produtivas seriam breves. "Achamos que os motores se apagariam e que ligá-los novamente seria fácil", disse, a respeito da retomada lenta, e com problemas, na produção global.

O BIS afirma que o mundo passa agora por um choque profundo e "inerentemente estagflacionário (**inflação** com baixo crescimento)" devido aos preços mais altos das commodities, gargalos na cadeia de suprimentos e escassez decorrentes da invasão da Ucrânia pela Rússia.

"Podemos estar chegando a um ponto de inflexão, além do qual uma psicologia inflacionária se espalha e se arraiga. Isso significaria uma grande mudança de paradigma", diz seu relatório.

Tal mudança encerraria uma era de preços gerais relativamente estáveis, com alguns produtos mais baratos e outros mais caros -num contexto em que os bancos centrais podiam ignorar aumentos temporários nos preços do petróleo ou do gás natural, por exemplo, porque a **inflação** média permanecia sob controle.

EUA dizem que Rússia deu calote; Moscou nega

A Rússia rejeitou nesta segunda-feira (27) as afirmações de que deu calote em sua dívida externa pela primeira vez em mais de um século, dizendo a

investidores para procurar agentes financeiros ocidentais em busca do dinheiro que foi enviado mas que os detentores de títulos não receberam.

A Casa Branca afirmou nesta segunda-feira que a Rússia deu calote em seus títulos internacionais pela primeira vez desde a revolução bolchevique, uma vez que sanções abrangentes efetivamente excluíram o país do sistema financeiro global.

Até a semana passada, a Rússia continuava pagando seus eurobônus em moeda estrangeira de acordo com as condições previstas na emissão, mas transferências de cupons em dólares e euros feitas em maio, antes do vencimento de uma isenção dos Estados Unidos que permitia essas transações, não chegaram a investidores.

"As declarações de inadimplência são absolutamente injustificadas", disse o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, destacando o pagamento do cupom em moeda estrangeira de maio.

Nesta segunda-feira, o Ministério das Finanças disse que "as ações dos intermediários financeiros estrangeiros estão além do controle do Ministério das Finanças russo", pedindo aos detentores de títulos estrangeiros que falem diretamente com aqueles que detêm os pagamentos.

"O não recebimento de dinheiro pelos investidores não ocorreu devido à falta de pagamento, mas devido às ações de terceiros, o que não é explicitado diretamente como uma situação de inadimplência pela documentação da emissão", acrescentou o ministério.

Como uma isenção dos EUA expirou e a União Européia sancionou o Depositário Nacional de Liquidação (NSD, na sigla em inglês) da Rússia, Moscou pagou em rublos na semana passada os próximos cupons a vencer em moeda estrangeira.

**Site:**

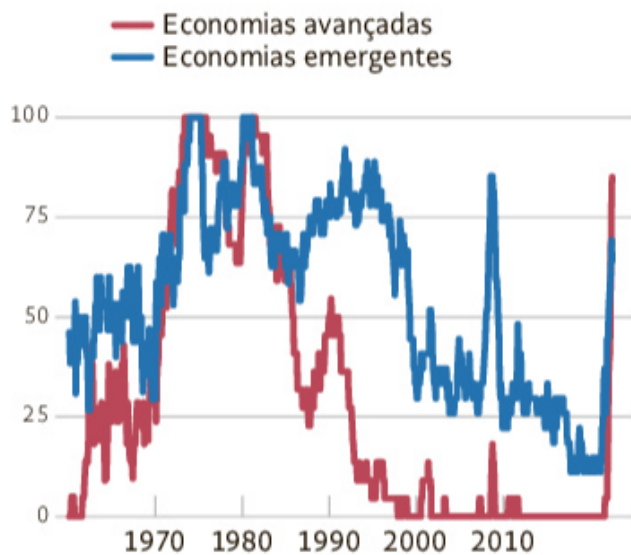
**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>**

**56**

## Inflação global

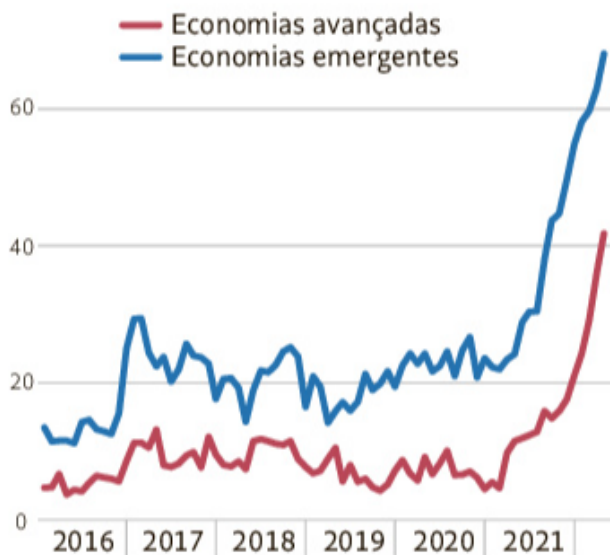
Total de países com inflação alta

Com taxas acima de 5% ao ano



Cestas de produtos com preços altos

Em %, com inflação acima de 5% ao ano



Fonte: BIS

# Brasil, um gigante anêmico (Editorial)

Maior economia do Hemisfério Sul e uma das 10 ou 12 maiores do mundo, o Brasil ocupou apenas o 25.º lugar, no ano passado, entre os exportadores de mercadorias, com vendas externas de US\$ 280,8 bilhões. Só faturou, portanto, 1,2% do valor das exportações mundiais, US\$ 22,3 trilhões, enquanto o pequeno Vietnã arrecadou 1,4%. Apesar do tamanho e da diversificação de sua indústria, o País só exhibe eficiência e poder de competição na agropecuária, uma das mais fortes do mundo. Somados os dois setores, a economia brasileira ficou na 59.ª posição, em 2021, no ranking de competitividade elaborado periodicamente pela escola de negócios suíça IMD.

Usada internacionalmente como referência, essa classificação abrangeu 63 países. O Brasil só ficou à frente de África do Sul, Mongólia, Argentina e Venezuela. Os cinco primeiros colocados foram Dinamarca, Suíça, Cingapura, Suécia e Hong Kong. As quatro maiores economias do mundo apareceram a partir da 10.ª posição, ocupada pelos Estados Unidos. A Alemanha ficou no 15.º lugar, a China ocupou o 17.º e o Japão apareceu no 34.º. Esses países são também os maiores exportadores.

Há muito tempo o Brasil é mal colocado em classificações de competitividade elaboradas por várias instituições.

Durante anos foi muito mal avaliado em estudos do Fórum Econômico Mundial. Além disso, tem piorado no cenário global das exportações e na capacidade competitiva. Em 2021 apareceu em 57.º lugar no ranking IMD.

Durante dez anos, até 2020, o País ficou em penúltimo lugar no conjunto de 18 economias analisadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

As ênfases podem variar, mas os comentários sobre o baixo poder de competição do Brasil destacam geralmente alguns fatores: tributação disfuncional, excesso de burocracia pública, insegurança jurídica, financiamento inadequado, atraso tecnológico, inovação insuficiente, infraestrutura deficiente, despreparo da mão de obra e baixa integração nas cadeias produtivas globais.

A discussão envolve a taxa de investimento fixo muito modesta, raramente igual ou superior a 20% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o pouco estímulo à pesquisa e as falhas da política educacional.

O baixo poder de competição reflete, portanto, deficiências ou erros em todos os setores da gestão pública e das políticas oficiais. O investimento insuficiente e mal administrado em logística, energia e sistemas de água e saneamento indica falhas de planejamento, uso ineficiente de recursos públicos, baixa coordenação de ações públicas e privadas e, com frequência, corrupção.

Também o setor privado investe menos que o necessário em máquinas, equipamentos, tecnologia e inovação.

Isso se explica em parte pela escassez e pelo custo do capital. Mas é preciso levar em conta os casos de proteção excessiva contra a concorrência externa e os erros de escolha das prioridades oficiais.

Erros desse tipo são bem exemplificados pela desastrosa política, no período petista, dos campeões nacionais.

A essa política se acrescentou a exagerada preferência pela integração com economias em desenvolvimento, enquanto outras potências emergentes buscavam acordos promissores com os mercados do mundo rico.

Todas essas deficiências foram agravadas a partir de 2019, quando se instalou em Brasília uma administração sem planejamento e sem objetivos claros de crescimento e de modernização.

Do lado institucional, nada se fez de importante, além de uma reforma da Previdência já discutida e amadurecida na gestão anterior. As mudanças tributária e administrativa propostas pela equipe econômica passaram longe dos problemas de funcionalidade dos **impostos** e de eficiência da gestão pública.

Enquanto a equipe falhava nesses pontos, o presidente Jair Bolsonaro renegava a ciência e devastava o Ministério da Educação e se envolvia, em parceria com o Centrão, na conversão do Orçamento Federal em instrumento de ações paroquiais e eleitoreiras. Não se cria competitividade nem com esse tipo de gestão nem - é importante lembrar - com populismo de esquerda.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# R\$ 54 bi do BNDES e de estatais podem cobrir rombo aberto por pacote

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

O governo conta com o ingresso de cerca de R\$ 54 bilhões em receitas extras para compensar o impacto do pacote para turbinar os benefícios sociais, sendo R\$ 17 bilhões de reforço adicional de pagamento de dividendos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa receita servirá para contrabalançar o impacto da PEC dos Combustíveis, onde serão incluídas as medidas, e manter a mesma trajetória de déficit fiscal prevista para este ano antes da decisão do governo de aumentar os gastos em ano de eleições.

Depois de a ala política bancar um novo pacote para diminuir o impacto da alta dos combustíveis, o esforço da equipe econômica é para conter a pressão por gastos ainda maiores e garantir que o custo extra seja financiado com receitas adicionais que não estavam na conta antes do anúncio do pacote, para não piorar a dívida pública. O Estadão apurou que a ala política tenta subir o valor previsto para reforçar o Auxílio Brasil e o vale-gás.

O rombo estimado nas contas federais é de cerca de R\$ 65 bilhões no fim de 2022, mesma trajetória esperada agora com as receitas extras. Além do pagamento de dividendos do BNDES referentes a 2020 e 2021, a cesta de receitas extras conta com um reforço dos dividendos da Petrobras referentes ao lucro do segundo semestre e de outras estatais e mais R\$ 26,6 bilhões já depositados pela Eletrobras na operação de privatização.

Esse dinheiro não estava na conta do Orçamento por causa das incertezas que rondavam a operação.

## DIVIDENDOS DA PETROLEIRA.

O lucro da Petrobras no primeiro trimestre já garantiu cerca de R\$ 11 bilhões em dividendos ao Tesouro Nacional, e o governo avalia que é "razoável" esperar um resultado robusto também no segundo semestre. No primeiro trimestre, a receita estimada para todo o ano no Orçamento com dividendos da Petrobras já foi superada.

A determinação do Ministério da Economia é para que todas as estatais passem a transferir os dividendos trimestralmente à União.

O custo estimado do pacote ronda R\$ 54 bilhões, entre aumento de despesas e perda de receitas com desoneração de **tributos**. Desse total, cerca de R\$ 37 bilhões são de despesas que ficarão fora do teto de gastos para bancar o aumento do Auxílio Brasil (de R\$ 400 para R\$ 600); a bolsa-caminhoneiro de R\$ 1 mil; o reforço no vale-gás (o benefício atual, em torno de R\$ 53, deve ser dobrado e passar a ser mensal; hoje é pago a cada dois meses); a gratuidade do transporte público aos idosos; e a compensação aos Estados que reduzirem para 12% o ICMS sobre etanol.

Procurado pelo Estadão, o Ministério da Economia informou que, se houver impacto, ele ocorrerá no próximo ano, pois o gatilho da compensação vai comparar a arrecadação total no ano de 2022. Somente no início do próximo ano será feita a avaliação se houve ou não queda de arrecadação, informou a assessoria do ministério. Ou seja, uma eventual compensação só entrará no caixa dos governadores eleitos nas eleições deste ano.

Déficit R\$ 65 bi é o rombo estimado nas contas federais ao final do ano, mesmo com a injeção extra

**Site:** <https://api.trbn.com.br/arquivo/edicao/1656385200>

# Aumento do Auxílio Brasil não vira o jogo a favor de Bolsonaro

**SILVIO CASCIONE, DIRETOR DA CONSULTORIA  
EURASIA GROUP**

Se a eleição presidencial tivesse ocorrido há pouco menos de dois anos, Jair Bolsonaro provavelmente teria vencido. Naquele momento, mesmo com o desastre da pandemia, a taxa de aprovação do presidente beirava os 50%, o que o colocaria como favorito, segundo um banco de dados com eleições no Brasil e em outros países. Hoje, na média, a taxa de aprovação de Bolsonaro oscila entre 35% e 40%.

Ele provavelmente perderá.

O que havia de diferente no Brasil de 2020? Muitos governistas têm a resposta na ponta da língua: o auxílio emergencial. O bônus de R\$ 600 para 67,9 milhões de brasileiros (um terço da população!) não só aliviava a fome de milhões de famílias, como também dava impulso a reformas e movimentava feiras e mercados por todo o País.

Bolsonaro tenta resgatar essa memória ao propor um novo aumento dos programas sociais, hoje reunidos na marca Auxílio Brasil. O bônus de R\$ 200 a famílias de baixa renda, que passariam a receber um mínimo de R\$ 600 até o fim do ano, provavelmente será aprovado pelo Congresso em julho. Fará diferença?

A resposta mais simples é que o benefício deve, sim, ajudar Bolsonaro; mais até do que outras alternativas à mesa, como cortes de **impostos** nos combustíveis.

Mas, provavelmente, o efeito será numa escala muito menor do que ele experimentou em 2020, e menor do que ele gostaria - ou precisaria - para vencer a eleição.

Primeiro, é preciso lembrar que o Auxílio Brasil é pago a um contingente menor (18 milhões de famílias) e mais concentrado no Nordeste. Dentre os beneficiários do auxílio emergencial, havia muitos trabalhadores informais ou desempregados em regiões metropolitanas.

Segundo, o valor de R\$ 600 será calculado por família, e não por indivíduo como no auxílio emergencial. Em muitos casos, o programa atual ainda entrega menos dinheiro do que o auxílio emergencial da pandemia.

Terceiro, esse bônus pode estar vindo tarde demais,

muito perto da eleição. O pico da aprovação do presidente com o auxílio emergencial começou quatro meses após os primeiros pagamentos.

No Auxílio Brasil, seis meses após dobrar o valor do antigo Bolsa Família, a aprovação entre os beneficiários ainda era de 18%, segundo levantamento Genial/Quaest.

Tudo isso não quer dizer que não haverá efeito algum. Se a aprovação de Bolsonaro entre os mais pobres se aproximar da média vista em outras faixas de renda, o presidente subirá nas pesquisas. Mas, com as considerações de que essa medida é mais fraca do que as políticas de 2020, e com Lula bem à frente no placar, precisará seguir no ataque para virar o jogo.

**Site:** <https://api.trbn.com.br/arquivo/edicao/1656385200>

# "Com inflação de 2 dígitos, não dá para parar o juro"

CITI-30/4/2022



**BÁRBARA NASCIMENTO e EDUARDO LAGUNA**

ENTREVISTA: Leonardo Porto, Economista-chefe do Citi Brasil, graduado em Economia pela PUC Minas e mestre e doutor pela USP

Com a **inflação** ainda muito alta e disseminada, o Banco Central (BC) deve ter dificuldade de interromper o ciclo de alta de juros agora. Em entrevista ao Estadão/ Broadcast, o economistachefe do Citi Brasil, Leonardo Porto, afirma que, embora o banco mantenha a projeção de Selic chegando a 13,75%, vê riscos de os juros continuarem subindo após a reunião do Copom da primeira semana de agosto.

Porto acredita que, uma vez no pico, a Selic deve ficar intacta até, pelo menos, o fim do primeiro semestre de 2023. Para ele, se os **impostos** federais zerados nos combustíveis retornassem no ano que vem, levariam a **inflação** para 5,2%. O Citi, contudo, trabalha com a possibilidade de nenhum dos líderes nas pesquisas eleitorais ter pressa em reverter a desoneração.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

O Citi manteve a previsão de **inflação** para 2023, apesar da reversão de parte das desonerações dos combustíveis no fim deste ano. Por quê?

Nós temos várias desonerações.

A desoneração do ICMS dos Estados, consideramos permanente.

As desonerações de imposto federal sobre combustíveis, que têm vencimento no fim do ano, têm impacto de 70 pontos-base (0,7 ponto porcentual).

Como nossa projeção é de 4,5%, deveria subir para 5,2%.

Mas temos de assumir uma hipótese: será que vai voltar mesmo?

Achamos que é mais provável que o presidente a ser eleito em outubro, com nível de preços de combustíveis ainda elevado, opte por estender isso. Então, esses 70 pontos não sobem a **inflação**, mas pioram o fiscal porque a arrecadação federal sai da nossa conta do ano que vem.

Não acha que começa a se desenhar um cenário fiscal muito difícil para 2023?

O que importa para o investidor é a dinâmica de médio e longo prazos. Quem garante isso hoje é o teto de gastos, que está mais enfraquecido do que era em 2016. Preocupa muito mais como é que vai ser essa discussão do teto de gastos ou de uma nova âncora, seja no período eleitoral, seja no novo governo em 2023. Essa discussão é muito mais crítica.

No relatório mais recente, vocês apontaram risco para cima sobre a previsão de Selic, de 13,75%. O que está em jogo no cenário?

Não dá para parar (a alta dos juros) com **inflação** rodando sistematicamente a dois dígitos.

Não estou falando aqui de **inflação** acumulada em 12 meses, estou falando da medida de núcleo calculada no mês da ponta e anualizada.

Como tem acompanhado a pressão sobre a política de preços da Petrobras?

Do ponto de vista da governança, a Lei das Estatais foi um marco importantíssimo da independência das estatais. É um ativo que deveria ser preservado.



Dar subsídio para o preço do combustível é uma decisão de governo. Que entre na conta orçamentária, no teto dos gastos, e corte outro gasto para dar o subsídio. Alterar a Lei das Estatais seria retrocesso.

O sr. vê tendências diferentes para a economia, a depender do resultado das eleições?

Hoje, temos um cenário não muito diferente entre Lula e Bolsonaro na política fiscal, que é o calcanhar de aquiles na definição dos preços de ativos brasileiros. Estou muito mais preocupado com a volatilidade gerada pelo cenário global, que tem se tornado mais adverso a países emergentes.

Ceticismo

"Hoje, temos um cenário não muito diferente entre Lula e Bolsonaro na política fiscal, que é o calcanhar de aquiles na definição dos preços de ativos brasileiros."

**Site:** <https://api.trbn.com.br/arquivo/edicao/1656385200>

# PEC do ICMS vai a plenário

**taísa medeirosluana patriolino**

O plenário do Senado deve votar amanhã o projeto que prevê repasses da União para os estados que reduzirem a zero o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente no óleo diesel e no gás de cozinha. O relator da Proposta de Emenda à Constituição 16/2022, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), assegurou que fará hoje a entrega do relatório relativo à PEC.

A proposta determina que a União preste auxílio financeiro aos estados e ao Distrito Federal para compensar as perdas de arrecadação devido à redução da incidência do imposto sobre os dois derivados de petróleo. Bezerra também deve detalhar como funcionará a operacionalização do "voucher caminhoneiro", do Auxílio Brasil e do vale-gás.

Na semana passada, o senador disse que retirou da proposta a compensação financeira a estados e ao Distrito Federal que decidissem zerar o ICMS, prevista na redação original da PEC 16. Os recursos agora serão alocados no Auxílio Brasil e no "voucher caminhoneiro". O motivo da supressão seria a insegurança jurídica gerada pela compensação. A ausência de um acordo com os governadores também foi crucial para a modificação do destino da verba.

Com as alterações, a proposta agora deve contar com reajustes no vale-gás - que passará a ser de aproximadamente R\$ 120; um aumento em R\$ 200 no valor do Auxílio Brasil, que pulará para R\$ 600; e a criação do "voucher caminhoneiro" de R\$ 1 mil para reduzir o impacto da alta do combustível para a categoria e evitar que isso se reflita na cadeia produtiva, empurrando a **inflação** para cima.

A PEC trará, ainda, uma compensação para atender à gratuidade dos idosos no transporte público coletivo. Todas essas medidas terão caráter emergencial e duração prevista até 31 de dezembro de 2022.

O presidente Jair Bolsonaro (PL), porém, não disse de onde sairá o dinheiro para bancar o reajuste do Auxílio Brasil para R\$ 600. Ele também não mencionou que esse aumento teria de passar pelo Congresso.

Conciliação

Em paralelo ao andamento da PEC, a União e os representantes das unidades da Federação se reúnem hoje em uma audiência conciliatória sobre as novas

regras para o ICMS. O encontro acontece a partir das 9h e foi convocada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes.

Os procuradores estaduais encaminharam um documento à Corte para pedir a revogação da decisão do ministro André Mendonça de uniformizar as alíquotas do tributo a partir de 1º de julho - os estados temem perder arrecadação com a medida.

Em despacho assinado na semana passada, Gilmar recomendou que os dois lados estejam "munidos de propostas que envolvam o pacto federativo discutido nesses autos". O pedido para a suspensão foi assinado pelos representantes de 26 estados e do Distrito Federal e endereçado ao ministro - que já indeferiu uma solicitação da Advocacia-Geral da União (AGU) para suspender todas as leis estaduais e distritais.

# 1 em cada 4 brasileiros diz que falta comida em casa



Homem revira lixo em busca de alimento na região da baixada do Glicério, na capital paulista Karime Xavier - 18.nov.21/Folhapress

## Douglas Gavras

Mesmo com a leve desaceleração da **inflação** dos alimentos, a geladeira vazia continua a assombrar os lares brasileiros, e 1 em cada 4 avalia que a quantidade de comida disponível em casa era inferior ao necessário para alimentar sua família.

De acordo com pesquisa Datafolha feita na última semana, para 26% dos entrevistados, a comida disponível nos últimos meses era abaixo do suficiente, enquanto 62% julgaram ser suficiente e apenas 12% diziam acreditar ser mais do que o suficiente.

A pesquisa foi feita nos dias 22 e 23 de junho. Foram realizadas 2.556 entrevistas em todo o Brasil, distribuídas em 181 municípios. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

O percentual dos que não têm o bastante para colocar no prato mantêm-se no mesmo patamar desde maio, oscilando dentro da margem de erro.

A persistência do dado contrasta com a desaceleração da **inflação**. A alta de preços medida pelo IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) subiu 0,69% em junho, sendo que o grupo alimentação e bebidas subiu 0,25%, após alta de 1,52% em maio. Em 12 meses, o acumulado é de 13,84%.

As famílias, no entanto, ainda não sentem esse movimento. Em 12 meses até maio, a **inflação** da cesta básica foi de 27%, segundo estudo da PUCPR.

Além da alta de preços resistente, a volta do emprego com funções mais precarizadas e de baixa remuneração e o acúmulo de incertezas quanto ao ambiente político e econômico dos próximos meses têm feito do custo da comida um assunto central no dia a dia dos brasileiros.

A sensação de insegurança alimentar afeta sobretudo as famílias mais pobres. Entre os que têm renda familiar de até dois salários mínimos (R\$ 2.424), ela é de 38%.

Para os que recebem acima de dois e até cinco salários (R\$ 6.060), o percentual é de 14%. Para quem recebe até dez salários mínimos (R\$ 12.120), ela cai para 4%.

A quantidade insuficiente de comida também é uma realidade mais presente entre moradores do Nordeste (32%) e Norte (30%), mas não deixa de afetar quem vive no Centro-Oeste (24%), Sul (24%) e Sudeste (22%).

Entre os desempregados, 42% disseram que não tiveram o suficiente (eles eram 38% em março). Essa situação também afeta gravemente os que desistiram de buscar trabalho (39%), as donas de casa (38%) e os autônomos (27%).

Recentemente, outras pesquisas também ajudaram a detalhar a gravidade desse cenário. Em uma cidade como São Paulo, a renda dos 5% mais pobres não é suficiente para comprar dois pratos feitos ou 1 quilo de carne por mês.

Além disso, 33 milhões de pessoas passam fome no país, segundo apontou a segunda edição do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil -um patamar semelhante ao que havia sido registrado há três décadas.

Apesar de os índices de desemprego mostrarem recuperação ante os piores momentos da pandemia, a qualidade dos empregos gerada e as incertezas quanto ao desempenho da economia nos próximos

meses pesam no humor dos brasileiros.

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

56

A informalidade é uma situação crescente na saída do pior momento da pandemia. Dos brasileiros que trabalham e não têm carteira assinada, 65% já trabalharam com carteira e 32% nunca trabalharam registrados.

Do total dos entrevistados, 37% têm algum desempregado em casa (incluindo o próprio entrevistado) e 49% dos que estão nessa situação têm renda familiar de até dois salários mínimos por mês.

Também preocupa o tempo em que muitos desses trabalhadores estão fora do mercado de trabalho. Dos entrevistados pelo Datafolha que estavam desempregados, 39% estavam nessa situação há mais de dois anos, 29% há no máximo seis meses, 18% há mais de um ano e menos de dois anos e 12% de 6 a 12 meses.

Neste caso, as diferenças regionais também pesam: o desemprego de mais de dois anos é um problema maior no Norte (45%), Nordeste (41%) e Sudeste (41%) na comparação com Sul (24%) e Centro-Oeste (28%).

Dos que avaliam o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) como ruim ou péssimo, 42% disseram estar desempregados há mais de dois anos, 29% até seis meses, 18% de um a dois anos e 10% entre seis meses e um ano.

Ter um desempregado em casa varia segundo a intenção de voto para presidente: 29% dos eleitores de Bolsonaro têm um desempregado em casa (incluindo o próprio entrevistado). Já entre os que pretendem votar no ex-presidente Lula (PT), 42% moram com alguém que está sem ocupação.

Entre os eleitores do petista, que lidera as intenções de voto para a Presidência, 63% não têm ninguém com carteira assinada em suas casas (incluindo o próprio entrevistado) ante 58% dos que preferem Bolsonaro.

Uma das vitrines do governo para tentar conquistar votos entre as famílias de menor renda e na região Nordeste, o programa Auxílio Brasil (que substituiu o Bolsa Família em novembro passado) atinge pouco mais de um quinto dos brasileiros.

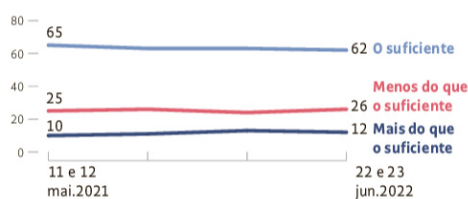
Dos entrevistados pelo Datafolha, 22% diziam ter recebido o Auxílio Brasil em junho -um patamar semelhante ao que o instituto havia captado em maio (21%) e março (23%) passados.

**Site:**

### Comida na mesa

Nos últimos meses, a quantidade de comida para você e sua família foi:

Em %



Situação é mais sentida por mulheres, quem tem apenas até o ensino fundamental e moradores do Nordeste

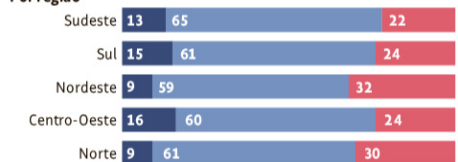
Em %



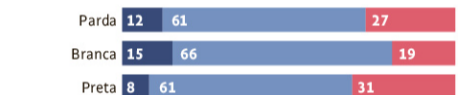
#### Por grau de instrução



#### Por região

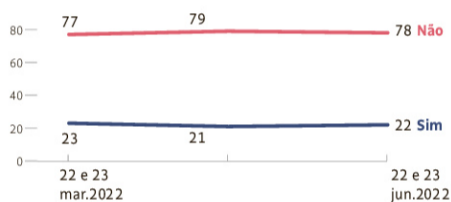


#### Por cor

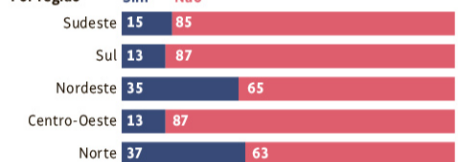


Mais nordestinos, pretos e pardos dizem receber o Auxílio Brasil. Você ou alguém da sua casa recebe Auxílio Brasil?

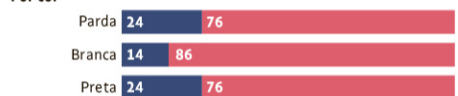
Em %



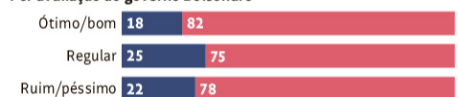
#### Por região



#### Por cor



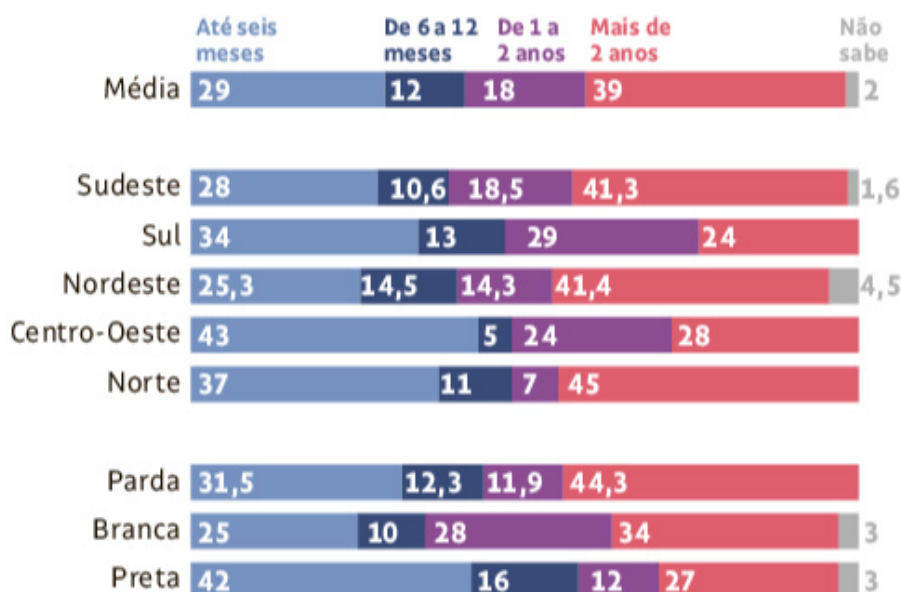
#### Por avaliação do governo Bolsonaro



Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.556 entrevistas presenciais em 181 municípios do país entre os dias 22 e 23 de junho de 2022. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos

## Há quanto tempo está desempregado?

Em %



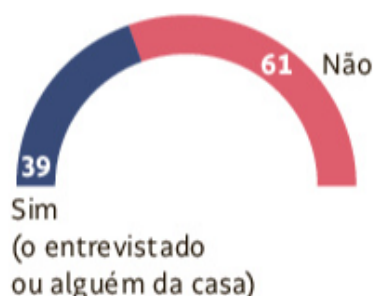
Já trabalhou com carteira assinada?

Em %



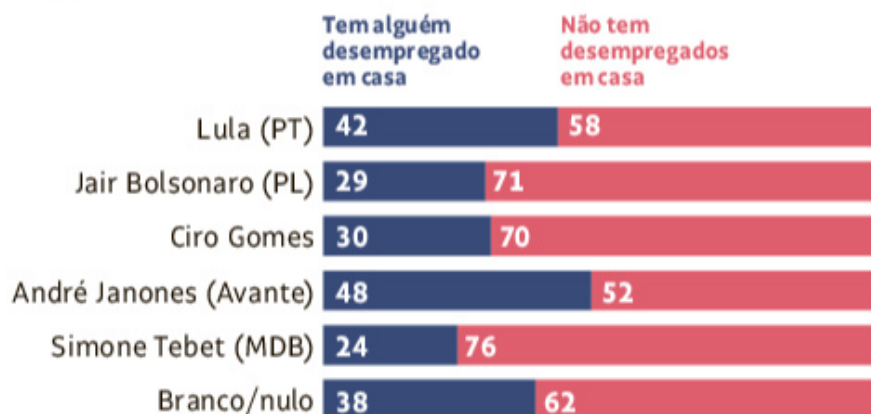
Mora com alguém que trabalha com carteira assinada?

Em %



Intenção de voto para presidente

Em %



Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 2.556 pessoas com 16 anos ou mais em 181 municípios nos dias 22 e 23 de junho. A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

# Em disparada, taxa de inflação no Reino Unido é a maior do G7



A disparada dos preços dos alimentos levou a **inflação** anual ao consumidor no Reino Unido a um recorde de 40 anos de 9,1% no mês passado, a maior taxa do Grupo dos Sete e que destaca a gravidade da crise do custo de vida no país.

A leitura subiu de 9,0% em abril e ficou em linha com pesquisa da Reuters junto a economistas. Registros da Agência de Estatísticas Nacionais mostram que a **inflação** de maio foi a mais alta desde março de 1982 -e é provável que venha a piorar.

A libra, uma das moedas mais fracas em relação ao dólar este ano, foi abaixo de US\$ 1,22 (R\$ 6,27), queda de 0,6% no dia, antes de se recuperar mais tarde.

Alguns investidores consideram que o Reino Unido está em risco tanto de **inflação** persistentemente alta quanto de recessão, refletindo sua conta de energia importada e atritos relacionados ao Brexit que podem prejudicar ainda mais os laços comerciais com a União Europeia "Com as perspectivas econômicas tão pouco claras, ninguém sabe até onde a **inflação** pode ir e por quanto tempo ela continuará -tornando os julgamentos de política fiscal e monetária particularmente duros", disse Jack Leslie, economista sênior da Resolution Foundation.

Na última quarta-feira (22), a Resolution Foundation disse que o impacto do custo de vida para as famílias está sendo agravado pelo Brexit, com implicações prejudiciais a longo prazo para a produtividade e salários.

O salário médio não está acompanhando a **inflação** e sindicatos têm alertado sobre greves generalizadas nos próximos meses.

A taxa de **inflação** no Reino Unido em maio foi maior

do que nos Estados Unidos, França, Alemanha e Itália. Já pão e Canadá ainda não informaram os dados para maio, mas nenhum deles deve chegar perto.

O Banco da Inglaterra disse que a **inflação** provavelmente permanecerá acima de 9% nos próximos meses até atingir um pico ligeiramente acima de 11% em outubro, quando as contas de energia deverão subir novamente.

Os mercados financeiros mostram que os juros no Reino Unido devem ir acima de 3% por volta do fim do ano, de 1,25% atualmente, embora a maioria dos economistas acredite que o fraco crescimento econômico levará o banco central a aumentar os juros menos do que isso.

Os preços dos alimentos e bebidas não-alcoólicas aumentaram 8,7% em termos anuais em maio -o maior salto desde março de 2009 e tornando esta categoria o principal motor da **inflação** anual no mês passado.

O núcleo da **inflação** anual -que elimina os preços dos alimentos e da energia para dar uma ideia da pressão de custos- caiu pela primeira vez desde setembro para 5,9% de 6,2%, uma leitura inferior ao esperado.

"O Banco da Inglaterra pode realmente ter alguma esperança como fato de que as pressões do núcleo dos preços estão diminuindo [,mas] duvidamos que isso será suficiente para evitar novos aumentos dos juros nos próximos meses", disse Sandra Horsfi-eld, economista da Investec.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49956&anchor=6458481&pd=ca56dcabc4d894ab1bbcf65ba58b7c6>

# LDO dá ao Congresso poder para aumentar teto de gastos e estourar o déficit primário

Relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentado ontem autoriza ao Congresso aumentar o limite do teto de gastos em 2023. A Constituição limita as despesas à inflação do ano anterior.

O texto permite ainda aos congressistas aplicarem projeção diferente da oficial. A mesma alteração poderá ser feita na meta de resultado primário. Na prática, o Congresso poderá aumentar o déficit - hoje de R\$ 65,9 bilhões. O texto traz ainda o a criação do orçamento secreto impositivo, como antecipou o Estadão

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Com decreto, Bolsonaro tenta se proteger dos riscos da lei eleitoral

**WESLEY GALZO BRASÍLIA**

O presidente Jair Bolsonaro (PL) editou ontem um decreto para atribuir temporariamente ao advogado-geral da União, Bruno Bianco Leal, a palavra final sobre a legalidade dos atos do governo nas áreas eleitoral e financeira.

No momento em que discute um pacote com o Congresso para turbinar benefícios sociais, incluindo criando um novo bolsa-caminhoneiro, o presidente deve contar com o parecer da AGU para eventuais questionamentos de violação à lei eleitoral, que impede a criação de novos benefícios no último ano de mandato. Mesmo que áreas técnicas dos ministérios se posicionem contrariamente ao pacote, caberá à AGU a decisão final.

Uma forma de viabilizar um novo bolsa-caminhoneiro seria decretar estado de calamidade pública, abrindo margem para investimentos fora do teto de gastos, a regra que atrela o crescimento das despesas à **inflação**.

Especialistas, contudo, vêm indicando que a proposta do Planalto pode ser enquadrada na Lei de Eleições, o que levaria a consequências como a impugnação do registro de candidatura de Bolsonaro, cassação de mandato e inelegibilidade por 8 anos.

O advogado eleitoral Renato Ribeiro, doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), pondera que a manobra do governo tem pouca margem de aceitação, caso seja alvo de contestação na Justiça Eleitoral.

"O Brasil está muito longe de uma situação que poderia se enquadrar na calamidade pública. A gente não está em uma situação emergencial. Nós temos um custo elevado decorrente de duas situações especiais: política de preços da Petrobras e guerra na Ucrânia.

É forçoso o argumento de que isso justificaria uma atividade emergencial", diz.

**Site: <https://api.trbn.com.br/arquivo/edicao/1656385200>**

# Rússia dá calote da dívida externa pela 1<sup>o</sup> vez desde 1918

**DA BLOOMBERG NEWS**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/oglobo/20220628/page/28>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/oglobo/20220628/page/28>**

# As lições do Brasil desenvolvimentista - PEDRO CAFARDO

*PEDRO CAFARDO*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187256?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187256?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187256?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187256?page=1&section=1)

# Relator da LDO abre espaço para mais gastos

*Raphael Di Cunto De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187256?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187256?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187256?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187256?page=1&section=1)

# Segundo semestre começa com desafios na economia (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187256?page=6&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187256?page=6&section=2)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187256?page=6&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187256?page=6&section=2)

# O alto custo dos alimentos baratos (Artigo)

***Rana Foroohar***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187256?page=6&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187256?page=6&section=2)

***Site:***

***[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187256?page=6&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187256?page=6&section=2)***

# Alta da Selic faz custo da dívida local subir 62%

***Lucinda Pinto, Ana Luiza de Carvalho e Mariana Ribeiro  
De São Paulo***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/  
187256](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187256)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/  
187256](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187256)

# Alta das commodities traz novo fôlego ao Ibovespa

**Matheus Prado, Gabriel Rocae Victor Rezende De São Paulo**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187256](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187256)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187256](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187256)